

**CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
ESTADO DA BAHIA**

REF. EDITAL Nº001/2011- CONCURSO PÚBLICO

**ANALISTA LEGISLATIVO MUNICIPAL /
ÁREA DE QUALIFICAÇÃO: COMISSÕES /
SUB-ÁREA: ASSESSORIA TÉCNICA À
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTE E LAZER**

INSTRUÇÕES

**P
R
O
V
A
A
M
A
R
E
L
A**

- Você está recebendo do fiscal um Caderno de Questões com 50 (cinquenta) questões numeradas sequencialmente e 01 (uma) redação, que compõem a prova objetiva e a Prova Dissertativa.

- Composição da Prova:

QUANTIDADE DE QUESTÕES	MATÉRIA
01 a 13	Língua Portuguesa
14 a 26	Legislação Municipal
27 a 34	Informática
35 a 50	Conhecimento Específico
01	Prova Dissertativa (Redação)

- Você receberá, também, a Folha de Respostas personalizada para transcrever as respostas das questões da prova objetiva e uma Folha de Versão Definitiva para transcrever a redação.

ATENÇÃO

1. É proibido folhear o Caderno de Questões antes da autorização do fiscal.
2. Após autorização, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão e se a numeração está correta. Confira também se sua prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso haja qualquer divergência, comunique o fato ao fiscal imediatamente.
3. Confira seu nome completo, o número de seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Caso encontre alguma divergência, comunique o fato ao fiscal para as devidas providências.
4. Você deverá transcrever as respostas das questões objetivas para a Folha de Respostas definitiva, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato.
5. Para realização da prova o candidato deverá utilizar caneta com tinta de cor azul ou preta.
6. Leia atentamente cada questão da prova e assinale, na Folha de Respostas, a opção que a responda corretamente. Exemplo correto da marcação da Folha de Respostas:
7. A Folha de Respostas não poderá ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados às respostas.
8. O candidato deverá marcar na Folha de Respostas a cor que corresponde a sua prova.
9. Na correção da Folha de Respostas, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas, que contiverem mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura, ainda que legível.

Assim que o candidato finalizar sua prova, deverá, obrigatoriamente, devolver a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Redação devidamente preenchidas e assinadas ao fiscal da sala.

10. Você dispõe de 4h (quatro horas) para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas e também a redação e a Versão Definitiva da Prova de Redação. Faça-a com tranquilidade, mas controle seu tempo.

11. Você somente poderá deixar definitivamente a sala de prova após 60 (sessenta) minutos de seu início. Caso queira levar o caderno de questões, só poderá levá-lo após 4h (quatro horas) decorridas do início da prova. As provas estarão disponibilizadas no site da AACP (www.aaccp.com.br), a partir da divulgação do Gabarito Preliminar. O candidato poderá anotar o gabarito no verso da capa da prova e levar consigo.

12. Os 03 (três) últimos candidatos da sala só poderão sair juntos e após a conferência de todos os documentos da sala e assinatura do termo de fechamento.

13. Durante a prova, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios, agendas eletrônicas, *paggers*, telefones celulares, BIP, *Walkman*, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico. A utilização desses objetos causará eliminação imediata do candidato.

14. Os objetos de uso pessoal, incluindo telefones celulares, deverão ser desligados e mantidos dessa forma até o término da prova e entrega da Folha de Respostas ao fiscal.

15. Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.

TEXTO 1

O Colapso do Enem

Se restava alguma dúvida quanto à credibilidade do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ela foi desfeita depois que a Justiça Federal concedeu liminar prorrogando por seis dias o prazo de inscrições somente nas universidades federais situadas no Estado do Rio de Janeiro. Com isso, a confusão aumentou ainda mais, pois o sistema de informática do Ministério da Educação (MEC) não está preparado para "isolar" os estudantes fluminenses. O término das inscrições estava previsto para as 23h59 da última terça-feira e já havia sido prorrogado até o último minuto de quinta-feira pelo Ministério da Educação.

Além das trapalhadas administrativas e eletrônicas, as inscrições agora estão marcadas por indefinições e incertezas na área jurídica. Como a disputa pelas 83.125 vagas oferecidas pelo Sisu envolve um concurso de amplitude nacional, o adiamento das inscrições somente no Estado do Rio de Janeiro fere o princípio da isonomia - e isso poderá levar para o âmbito da Justiça o processo seletivo das 83 universidades públicas que aceitaram a proposta do MEC de substituir o vestibular tradicional pelas notas do Enem.

Depois de todas as trapalhadas ocorridas em 2009, esperava-se que o MEC tivesse tomado as medidas necessárias para evitar que elas se repetissem. Infelizmente, isso não aconteceu. Entre outros tropeços, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) - o órgão encarregado do Enem e do Sisu - não conseguiu explicar por que vestibulandos que se inscreveram para determinados cursos de determinadas instituições tiveram seus nomes registrados em cursos diferentes oferecidos por outras universidades - com uma distância superior a mil quilômetros entre elas.

O Inep chegou a reconhecer que o sistema de informática não foi planejado para atender à demanda, mas afirmou que ele estava imune a erros e riscos de manipulação. Com cópias de imagens extraídas do site do MEC, os estudantes desmoralizaram o órgão, mostrando que as opções de curso realizadas entre a manhã de domingo e a tarde de segunda-feira foram alteradas entre a terça e a quarta-feira. Além disso, mais uma vez o Inep não conseguiu evitar o vazamento de informações sigilosas dos vestibulandos e houve até casos de dados que foram modificados com nítida má-fé por concorrentes.

O novo fracasso do MEC pode comprometer o início do ano letivo das instituições que fazem parte do Sisu e pôr em risco o planejamento do ensino superior público para 2011. Os prazos de inscrição no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e no ProUni, por exemplo, já tiveram de ser prorrogados.

Como ocorreu em 2009, para aplacar críticas, a cúpula do MEC substituiu o presidente do Inep. Em pouco mais de um ano, o órgão - que também é responsável pelo Ideb, pelos censos da educação e pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - teve três presidentes.

Os dois primeiros assumiram o cargo prometendo resolver as trapalhadas administrativas na condução do Enem. E a terceira - a pedagoga Malvina Tuttman -, assim que foi nomeada, esta semana, propôs a criação de uma Concursosbrás - uma estatal para gerir o Enem e fazer avaliações. A ideia já havia sido discutida pelo MEC com o Ministério do Planejamento, em 2009, mas não prosperou.

Em vez de cobrar eficiência e corrigir os problemas de gestão da máquina do MEC, uma das maiores da administração pública federal, a presidente do Inep - seguindo uma triste tradição do serviço público brasileiro - quer ampliar ainda mais a burocracia. E isso pode resultar em mais contratações e gastos, sem qualquer garantia de que sejam sanadas as deficiências que levaram à desmoralização do Enem.

Na realidade, o desafio não é criar órgãos novos, mas requalificar a burocracia do MEC, reestruturar o sistema de avaliação desfigurado pelo último governo e rever o Sisu - esse gigantesco vestibular das universidades federais que a União não consegue gerir.

É o caso de discutir a possibilidade de voltar ao esquema em que cada universidade federal tinha autonomia para definir seu vestibular, sem qualquer interferência dos ineptos burocratas de Brasília.

O Estado de S.Paulo, 22 de janeiro de 2011. A3.

As questões de 1 a 12 referem-se ao texto 1.

QUESTÃO 01

“É o caso de discutir a possibilidade de voltar ao esquema...”

A oração destacada é subordinada substantiva

- (A) predicativa.
- (B) objetiva direta.
- (C) objetiva indireta.
- (D) subjetiva.
- (E) completiva nominal.

QUESTÃO 02

Assinale a alternativa correta quanto aos elementos linguísticos empregados no texto.

- (A) Em “...o desafio não é criar órgãos novos, mas requalificar a burocracia do MEC...”, a expressão mas pode ser substituída pela expressão e sim, sem comprometer a gramática do texto.
- (B) Em “...sem qualquer interferência dos ineptos burocratas de Brasília.”, a expressão ineptos pode ser substituída pela expressão inaptos, sem prejuízo semântico para o contexto.
- (C) Em “O novo fracasso do MEC pode comprometer o início do ano letivo...”, a sequência verbal pode comprometer pode ser substituída pela forma verbal compromete, sem prejuízo semântico para o contexto.
- (D) Em “...afirmou que ele estava imune a erros e riscos de manipulação.”, o elemento a é exigência do nome erros, que se encontra no gênero masculino.
- (E) Em “...não conseguiu explicar por que vestibulandos que se inscreveram...”, o pronome se pode ser posposto ao verbo inscreveram, sem prejuízo semântico para a correção gramatical do texto.

QUESTÃO 03

Em “...esperava-se que o MEC tivesse tomado as medidas necessárias...”, a oração destacada é subordinada

- (A) adverbial temporal.
- (B) adverbial concessiva.
- (C) substantiva subjetiva.
- (D) substantiva predicativa.
- (E) substantiva objetiva direta.

QUESTÃO 04

“Se restava alguma dúvida quanto à credibilidade do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ela foi desfeita depois que a Justiça Federal concedeu liminar prorrogando por seis dias o prazo de inscrições somente nas universidades federais situadas no Estado do Rio de Janeiro.”

A forma verbal prorrogando é uma oração

- (A) subordinada adverbial temporal reduzida de gerúndio.
- (B) subordinada adjetiva restritiva reduzida de gerúndio.
- (C) subordinada substantiva objetiva direta reduzida de gerúndio.
- (D) subordinada adverbial consecutiva reduzida de gerúndio.
- (E) subordinada substantiva subjetiva reduzida de gerúndio.

QUESTÃO 05

Diante de cada fragmento entre aspas abaixo, encontra-se, destacado, um fragmento reescrito correspondente. Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita que não compromete a correção gramatical do texto.

- (A) “Se restava alguma dúvida quanto à credibilidade do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ela foi desfeita depois que a Justiça Federal concedeu liminar prorrogando por seis dias o prazo de inscrições somente nas universidades federais situadas no Estado do Rio de Janeiro.”: A Justiça Federal concedeu liminar prorrogando por seis dias o prazo de inscrições somente nas universidades federais situadas no Estado do Rio de Janeiro porque a credibilidade do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Seleção foi desfeita.
- (B) “O Inep chegou a reconhecer que o sistema de informática não foi planejado para atender à demanda, mas afirmou que ele estava imune a erros e riscos de manipulação.”: Embora o Inep tenha chegado a reconhecer que o sistema de informática não foi planejado para atender à demanda, afirmou que ele estava imune a erros e a riscos de manipulação.
- (C) “Com isso, a confusão aumentou ainda mais, pois o sistema de informática do Ministério da Educação (MEC) não está preparado para ‘isolar’ os estudantes fluminenses.”: Como os estudantes fluminenses foram isolados no sistema de informática do Ministério da Educação (MEC), a confusão aumentou ainda mais.
- (D) “Em vez de cobrar eficiência e corrigir os problemas de gestão da máquina do MEC [...], a presidente do Inep [...] quer ampliar ainda mais a burocracia.”: A presidente do Inep quer cobrar eficiência e corrigir os problemas de gestão da máquina do MEC [...], que pretende ampliar ainda mais a burocracia.
- (E) “Como ocorreu em 2009, para aplacar críticas, a cúpula do MEC substituiu o presidente do Inep.”: O presidente do Inep foi substituído em 2009 para aplacar as críticas da cúpula do MEC.

QUESTÃO 06

Está adequada a correlação e a grafia dos tempos e modos verbais em

- (A) Se o MEC tomava as medidas necessárias e evitava que elas se repetissem, talvez todas as trapalhadas ocorridas em 2009 não ocorreriam.
- (B) Preveram o término das inscrições para as 23h59 e já prorrogaram até o último minuto de quinta-feira pelo Ministério da Educação.
- (C) Embora se esperou que o MEC tomasse as medidas necessárias para evitar que elas se repetissem, isso não ocorreu.
- (D) Depois de todas as trapalhadas ocorridas em 2009, esperava-se que o MEC tomasse as medidas necessárias e evitasse que os problemas se repetissem,
- (E) Caso o MEC discutia a ideia com o Ministério do Planejamento, em 2009, não teria havido problemas na aplicação das provas.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa correta quanto ao emprego dos elementos linguísticos no texto.

- (A) Em “...não é criar órgãos novos, mas requalificar...”, a retirada da vírgula não compromete a gramática do texto.
- (B) Em “...e houve até casos...”, a inserção de uma vírgula após a expressão até não compromete a gramática do texto.
- (C) Em “...e houve até casos...”, a forma verbal houve pode ser substituída pela forma verbal houveram.
- (D) Em “...não foi planejado para atender à demanda...”, a retirada do acento indicativo de crase é facultativa.
- (E) Em “E a terceira - a pedagoga Malvina Tuttmann -...”, os travessões podem ser substituídos por vírgulas.

QUESTÃO 08

Em “Na realidade, o desafio não é criar órgãos novos...”, a oração destacada é subordinada substantiva

- (A) objetiva direta.
- (B) predicativa.
- (C) objetiva indireta.
- (D) subjetiva.
- (E) completiva nominal.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa cuja sequência verbal destacada constitui um tempo composto.

- (A) “término das inscrições [...] já havia sido prorrogado...”
- (B) “isso pode resultar em mais contratações e gastos...”
- (C) “Inep chegou a reconhecer que o sistema de informática...”
- (D) “Os prazos de inscrição [...] tiveram de ser prorrogados.”
- (E) “...mais uma vez o Inep não conseguiu evitar o vazamento...”

QUESTÃO 10

“Além disso, mais uma vez o Inep não conseguiu evitar o vazamento de informações...”

A expressão destacada funciona, no contexto, como

- (A) objeto indireto.
- (B) agente da passiva.
- (C) complemento nominal.
- (D) objeto direto.
- (E) adjunto adnominal.

QUESTÃO 11

“**Como** ocorreu em 2009, para aplacar críticas, a cúpula do MEC substituiu o presidente do Inep.”

A expressão destacada estabelece, no contexto, uma relação lógico-semântica de

- (A) Causa.
- (B) Conformidade.
- (C) Consecução.
- (D) Comparação.
- (E) Concessão.

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa cuja sequência verbal constitui duas ações independentes.

- (A) “...esperava-se que o MEC tivesse tomado as medidas necessárias...”
- (B) “...e isso poderá levar para o âmbito da Justiça...”
- (C) “...mais uma vez o Inep não conseguiu evitar o vazamento...”
- (D) “...assumiram o cargo prometendo resolver as trapalhadas...”
- (E) “...quer ampliar ainda mais a burocracia.”

QUESTÃO 13

Quanto a sua forma, *aviso* e *ofício* seguem o modelo do *padrão ofício*, com acréscimo

- (A) da assinatura.
- (B) do local e da data.
- (C) do destinatário.
- (D) do assunto.
- (E) do vocativo.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

QUESTÃO 14

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, quanto à regulamentação e à utilização de logradouros públicos, especialmente no perímetro urbano, compete ao Município do Salvador

- I. fixar locais para estacionamento de veículos, inclusive em áreas de interesse turístico e de lazer.
- II. fixar e sinalizar os limites das zonas de silêncio, de trânsito e de tráfego em condições especiais.
- III. disciplinar os serviços de carga e descarga, fixar os tipos, dimensões e tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais.
- IV. prover sobre a denominação, numeração e emplacamento de logradouros públicos, vedada a utilização de nome, sobrenome ou cognomes de pessoas vivas.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 15

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, compete privativamente à Câmara Municipal, EXCETO

- (A) eleger a Mesa, bem como destituí-la na forma regimental.
- (B) decretar estado de calamidade pública, por um prazo de trinta dias se assim o requerer 1/3 (um terço) de seus membros.
- (C) conceder licença aos vereadores, e declarar, nos casos previsto nesta lei, a perda dos respectivos mandatos.
- (D) omar e julgar as contas do prefeito.
- (E) fixar os subsídios dos vereadores, do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários e do procurador geral, observando os limites previstos em lei.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa correta. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, ao vereador é vedado desde a diplomação

- (A) ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato, ou pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- (B) ocupar, na área municipal, cargo, função ou emprego de que seja demissível “ad nutum”.
- (C) estabelecer domicílio fora do município durante o exercício do mandato.
- (D) celebrar contrato com pessoa de direito público, entidade autárquica, sociedade de economia mista, empresa pública ou concessionária de serviço público local, salvo quando obedecer a normas uniformes.
- (E) integrar Conselhos Municipais.

QUESTÃO 17

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, são princípios que fundamentam a organização do Município:

- I. o parcial exercício da autonomia municipal.
- II. o exercício da soberania e a participação popular na administração municipal e no controle de seus atos.
- III. a garantia de acesso de todos os munícipes, de forma justa e igualitária, aos bens e serviços públicos que assegurem as condições essenciais de existência digna.
- IV. a improbidade na administração.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 18

O vereador que, sem justo motivo, deixar de comparecer à sessão do dia ou ausentar-se no momento de votação das matérias da Ordem do Dia, deixará de perceber

- (A) um trinta-avos do subsídio.
- (B) um trinta-avos do subsídio e da representação.
- (C) dois trinta-avos do subsídio e da representação.
- (D) dois quintos da representação.
- (E) um terço da representação.

QUESTÃO 19

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, o Processo Legislativo compreende a elaboração de

- I. Emenda à Lei Orgânica.
- II. Leis complementares.
- III. Leis ordinárias.
- IV. Decretos Legislativos e Resoluções.

- (A) Apenas I e II.
(B) Apenas I e III.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 20

Na composição das Comissões Permanentes atender-se-á tanto quanto possível, à representação proporcional dos partidos políticos. Nenhum vereador poderá fazer parte de mais de

- (A) uma comissão.
(B) duas comissões.
(C) três comissões.
(D) quatro comissões.
(E) cinco comissões.

QUESTÃO 21

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, provado em redação final, será o projeto enviado ao prefeito que, aquiescendo, o sancionará no prazo de

- (A) 05 (cinco) dias.
(B) 10 (dez) dias.
(C) 10 (dez) dias úteis.
(D) 15 (quinze) dias úteis.
(E) 15 (quinze) dias.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas. De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Salvador, o adicional por tempo de serviço é devido ao servidor à razão de _____ por _____ de efetivo exercício na administração direta, autárquica ou fundacional, de ambos os Poderes do Município, incidente, exclusivamente, sobre o vencimento do seu cargo efetivo, até o limite de _____.

- (A) 4% (quatro por cento) / biênio / 51% (cinquenta e um por cento)
(B) 3% (três por cento) / biênio / 51% (cinquenta e um por cento)
(C) 2% (dois por cento) / triênio / 50% (cinquenta por cento)
(D) 3% (três por cento) / triênio / 51% (cinquenta e um por cento)
(E) 2% (dois por cento) / biênio / 50% (cinquenta por cento)

QUESTÃO 23

No que diz respeito aos trabalhos das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Salvador, segundo seu Regimento Interno, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Os trabalhos da Câmara obedecem a seguinte ordem: leitura da ata da Sessão anterior e sua votação; distribuição de matérias aos Relatores, leitura de pareceres, sua discussão e votação; leitura, discussão e votação de outras matérias.
- II. A ordem dos trabalhos das Comissões é inalterável.
- III. Às Comissões é lícito dividir a matéria sujeita a seu exame, para facilidade de estudo, distribuindo cada parte a um Relator parcial, e designando um Relator geral, de modo a ser enviado à Mesa um só parecer.
- IV. O componente da Comissão que for designado Relator de qualquer matéria, deverá apresentar parecer, no prazo de 30 (trinta) dias.

- (A) Apenas II e III.
(B) Apenas II e IV.
(C) Apenas I, III e IV.
(D) Apenas III.
(E) Apenas I.

QUESTÃO 24

Quanto às sessões da Câmara, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. As sessões ordinárias da Câmara ocorrem em dias úteis, excetuando o período de recesso, às segundas, terças e quartas-feiras, a partir das 14h30, com tolerância de 30 (trinta) minutos para espera de quorum.
- II. As Sessões Extraordinárias têm preferência sobre as demais e, somente, por motivo de alta relevância, poderão ser dispensadas.
- III. Durante as Sessões apenas os Vereadores poderão permanecer no recinto do Plenário.
- IV. As Sessões da Câmara serão públicas, salvo resolução em contrário, tomada pela maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, quando houver motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 25

Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

De forma geral, a economia da qualidade trata da expressão dos benefícios da qualidade sob a forma de unidades monetárias. Os modelos, nesse caso, envolvem tanto o/a _____ das qualidades quanto o/a _____ pela eliminação da má qualidade.

- (A) priorização / projeto dos produtos
- (B) análise do valor / minimização de custos
- (C) custo de refazimento / desenvolvimento do processo produtivo
- (D) controle de erros, falhas e perdas / análise de desempenho
- (E) atendimento a clientes e consumidores com problemas / viabilização do projeto em face das características e políticas da empresa

QUESTÃO 26

Cite alguns dos aspectos envolvidos em um modelo usualmente empregado para o planejamento da gestão da qualidade.

- (A) Organização, interação organizada das partes e classificações de defeitos.
- (B) Administração, testes com o produto acabado e realimentação.
- (C) Política da qualidade, desenvolvimento do processo produtivo e estruturação do projeto.
- (D) Planejamento, propriamente dito, elaboração de manuais e programas de treinamento e conscientização.
- (E) Implantação e avaliação, diagnóstico e política da qualidade.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 27

Sobre memória cache, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O custo da memória cache é muito inferior se comparado com o custo da memória real ou RAM.
- II. Memória cache é um memória volátil de alta velocidade.
- III. O tempo de acesso a um dado contido em uma memória cache é muito menor que se esse dados estivesse na memória principal.
- IV. A qualidade a memória cache é tão superior que ela é muito maior que a memória RAM ou real.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) Apenas III e IV.

QUESTÃO 28

Sobre clock, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O sinal de clock é utilizado pela unidade de controle para execução das instruções.

- II. O clock é um dispositivo, localizado na UCP, que gera pulsos elétricos síncronos em um determinado intervalo de tempo (sinal de clock).
- III. A quantidade de vezes que o pulso elétrico síncronos acontecem em um segundo define a frequência do clock.
- IV. A frequência do clock de um processador é medida em Hertz (Hz).

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) Apenas III e IV.

QUESTÃO 29

Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

Os _____ podem armazenar centenas de megabytes (tipicamente, cerca de _____). Os equipamentos que fazem a leitura de _____ são instalados, normalmente no interior dos _____ dos computadores convencionais.

- (A) CD-ROM's / 600 Mbytes/ CD-ROM's / gabinetes
- (B) CD-ROM's / 600 Gigabytes/ CD-ROM's / gabinetes
- (C) CD-ROM's / 600 Gigabytes/ CD-ROM's / placas mãe
- (D) DVD-ROM's / 600 Mbytes/ CD-ROM's / gabinetes
- (E) Bluray-ROM's / 600 Mbytes/ CD-ROM's / placas mãe

QUESTÃO 30

Sobre arquivos de computadores digitais convencionais, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Arquivo é o nome genérico dado a um conjunto de dados referenciados por um único nome.
- II. O texto de uma carta digitado em um editor de texto e gravado em um disquete é um arquivo.
- III. Um arquivo deve possuir no mínimo um kilobyte para ser considerado um arquivo.
- IV. Um arquivo tem um limite máximo de tamanho em todos os sistemas operacionais.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) Apenas III e IV.

QUESTÃO 31

Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

AVI – Forma abreviada para _____ Video Interleave. _____ da Microsoft para o armazenamento de _____ com movimento (_____) e _____ em arquivos para uso em sistemas operacionais.

- (A) Audio / Padrão / arquivos / slide / sons
- (B) Audio / Padrão / fotos/ slide / sons
- (C) access / Modelo / imagens / vídeo / sons
- (D) access / Padrão / imagens / vídeo / sons
- (E) Audio / Padrão/ imagens / vídeo / sons

QUESTÃO 32

Sobre computadores digitais e Hardware, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Um computador digital é constituído por um conjunto de componentes interligados.
- II. Processadores, memórias principais, registradores, discos magnéticos são componentes de um computador.
- III. Componentes de um computador podem ser divididos em três subsistemas básicos: unidade central de processamento, memória principal e dispositivos de entrada e saída.
- IV. Subsistemas como unidade central de processamento, manipulam dados na forma digital.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) Apenas III e IV.

QUESTÃO 33

Sobre memória principal ou real ou mesmo RAM, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Atualmente a grande maioria dos computadores usam o byte (8bits) como tamanho de célula nas memórias.
- II. O bit é a unidade básica de memória.
- III. Memórias RAM são compostas por unidades de acesso chamadas células.
- IV. A memória é a parte do computador onde são armazenados instruções e dados.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) Apenas III e IV.

QUESTÃO 34

O windows XP profissional apresenta uma série de aplicativos em sua instalação padrão, abaixo identifique qual alternativa NÃO apresenta o nome de um destes aplicativos.

- (A) Bloco de notas.
- (B) Wordpad.
- (C) Mozilla firefox.
- (D) Calculadora.
- (E) Paint.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 35**

Assinale a alternativa correta quanto à Lei de Incentivo aos Esportes.

- (A) Sobre a apresentação de projetos relacionados à Lei de Incentivo aos Esportes, os passos são: cadastramento/ preenchimento dos formulários disponibilizados no site do Ministério do Esporte/ juntar toda a documentação obrigatória elencada no decreto 6180 de 03 de agosto de 2007/ enviar toda a documentação relativa dos projetos desportivos ou paradesportivos para o Ministério do Esporte.
- (B) De acordo com o manual completo da Lei de Incentivo ao Esporte 2010, estruturou-se separadamente ao Ministério do Esporte, vários setores administrativos, com atribuições suporte às diferentes fases que integram o processo de utilização dos recursos que também expedem instruções normativas diversas, que auxiliam no encaminhamento de projetos pelas entidades desportivas.
- (C) Sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo, a lei nº 11.438 artigo 1º coloca que, dos incentivos ao desporto a partir do ano calendário de 2007 e até o ano calendário de 2012, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, amparado na Declaração de Ajuste Anual pela pessoa jurídica, ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa física tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.
- (D) De acordo com o artigo 2º dos Incentivos aos Desportos, os projetos desportivos e paradesportivos, em cujo favor serão captados e direcionados os recursos oriundos dos incentivos previstos na lei nº 11.472, de 2007, atenderão a pelo menos uma das seguintes manifestações, nos termos e condições definidas em regulamento: desporto cultural, desporto de competição e desporto de rendimento.
- (E) Poderão receber os recursos oriundos dos incentivos previstos na Lei nº 11.472, de 2007, os projetos desportivos destinados a promover a exclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social.

QUESTÃO 36

Analise as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa correta. De acordo com os termos da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, no art.10 que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e suas disposições gerais, constituem infração aos dispositivos desta Lei

- I. o recebimento pelo patrocinador ou doador de qualquer vantagem financeira ou material em decorrência do patrocínio ou da doação que com base nela efetuar.
- II. adiar, antecipar ou cancelar, sem justa causa, atividade desportiva beneficiada pelos incentivos nela previstos.
- III. o descumprimento de qualquer das suas disposições gerais ou das estabelecidas em sua regulamentação.
- IV. desviar para finalidade diversa da fixada nos respectivos projetos os recursos, bens, valores ou benefícios com base nela obtidos.
- V. agir o patrocinador, o doador ou a proponente com dolo, fraude ou simulação para utilizar incentivo nela previsto.

- (A) Apenas IV e V estão incorretas.
 (B) Apenas I, II e III estão incorretas.
 (C) Apenas I, IV e V estão incorretas.
 (D) I, II, III, IV e V estão corretas.
 (E) Apenas I e III estão incorretas.

QUESTÃO 37

Assinale a assertiva **INCORRETA** no que diz respeito à Nova Lei de Incentivo à Cultura para o ano de 2011.

- (A) O benefício fiscal da empresa patrocinadora será de 100% do valor repassado ao Projeto da LIC (Lei Estadual de Incentivo à Cultura), devendo haver um depósito na conta do FAC (Fundo de Apoio à Cultura), de 10% como regra geral, com exceção de projetos de construção e de restauração de patrimônio que deve corresponder a 5% na conta do FAC.
- (B) O FAC (Fundo de Apoio à Cultura) é uma ferramenta de fomento direto à cultura onde não há a necessidade de captação de patrocínio, pois os recursos são repassados diretamente do Estado para produtor cultural.
- (C) A Comissão de Educação e Cultura (CEC) aprovou o projeto de Lei 1139/2007, projeto este que consiste na reforma da Lei Rouanet, que institui o Programa Nacional de Fomento à Cultura e Incentivo à Cultura (Procultura) para as comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, antes de ir para o Senado.
- (D) A Lei Bernardo de Souza, que permite o acesso ao sistema de renúncia fiscal pelas pequenas e médias empresas, foi extinto do projeto original da Lei de Incentivo à Cultura.
- (E) A lei Rouanet, a lei Federal de Incentivo à Cultura, é a lei que institui políticas públicas para o desporto nacional, como o PRONAD (Programa Nacional de Apoio ao Desporto). Seu grande destaque é a política de incentivos fiscais que possibilita as empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoa física) aplicarem uma parte do IR (Imposto de Renda), devido em ações sociais.

QUESTÃO 38

Sobre a Lei Rouanet, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei surgiu para educar as empresas e cidadãos a investirem em caridade social, pois com o benefício no recolhimento do imposto a iniciativa pública se sentiria estimulada a patrocinar eventos culturais.
- (B) A Lei Rouanet estimula e ensina empresas a investirem em propaganda gratuita, ao invés de investirem no apoio aos esportes.
- (C) O mecanismo de incentivos fiscais da Lei 8.313/91 (Lei Rouanet) é uma forma de estimular o apoio da iniciativa privada ao setor cultural.
- (D) Na Lei Rouanet, o proponente apresenta uma proposta cultural ao Ministério da Cultura (MinC), caso seja aprovada, é autorizado a efetivar o plano de execução do seu projeto.
- (E) Os incentivadores que apoiarem o projeto poderão ter o total ou parte do valor desembolsado deduzido do imposto devido, dentro dos percentuais permitidos pela legislação tributária, para empresas, até 10% do imposto devido; para pessoas físicas, até 5% do imposto devido.

QUESTÃO 39

O Estatuto da cidade surgiu como projeto de Lei em 1989, proposto pelo senador Pompeu de Souza (1914 – 1991), onde só foi aprovado em 2001 sancionado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sendo assim o Estatuto é dividido em

- (A) Cinco capítulos: Diretrizes Gerais; Dos Instrumentos da Política Urbana; Do Plano Diretor; da Gestão democrática da Cidade e Disposições Gerais.
- (B) Três Capítulos: Diretrizes Curriculares; desenvolvimento Geral e democratização Urbana.
- (C) Cinco capítulos: todos somente com instrumentos da Política Urbana.
- (D) Dois capítulos de Diretrizes Gerais.
- (E) Dois capítulos: Plano de Política e somente seus Instrumentos.

QUESTÃO 40

De acordo com o Instrumento de Desenvolvimento Urbano do Estatuto das Cidades, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estatuto criou uma série de instrumentos para que o administrador pudesse buscar o desenvolvimento urbano, sendo o principal o plano coordenador, que deve desarticular as pessoas no interesse da cidade.
- (B) O Estatuto atribuiu aos municípios a implementação de planos diretores participativos, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária e na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.
- (C) O estatuto não prevê a cobrança do IPTU progressivo de até 15% para terrenos ociosos, de modo a diminuir a oferta de lotes, e na proteção e a recuperação do meio ambiente urbano.
- (D) O Estatuto da cidade poderá trazer malefícios ambientais aos grandes centros urbanos ao estipular a insatisfação da população de baixa renda em áreas dotadas de infra-estrutura e evitar a ocupação ambientalmente áreas frágeis.
- (E) A nova Lei do Estatuto da Cidade desestimula as prefeituras a adotar a sustentabilidade ambiental como diretriz para o planejamento urbano e ainda prevê normas como a desobrigatoriedade de estudos de impacto urbanístico para grandes obras.

QUESTÃO 41

Segundo as Disposições Gerais da Administração Pública artigos 37 e 38 da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, Distrito federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da

- (A) ilegalidade, publicidade e eficiência.
- (B) impessoalidade, ilegalidade e ineficiência.
- (C) moralidade, impessoalidade e ilegalidade.
- (D) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (E) ilegalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

QUESTÃO 42

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No artigo 37 da constituição Federal – Da Administração Pública, os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como os estrangeiros, na forma da lei.
- (B) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez por igual período e durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- (C) Do artigo 38 da Constituição Federal – Administração Pública, ao servidor público da Administração direta, autarquia e fundacional, em seu exercício de mandato eletivo não são computados as parcelas de caráter indenizatório previsto em lei.
- (D) A remuneração dos servidores públicos e o seu subsídio somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observando a iniciativa privativa em cada caso, assegurando revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- (E) É permissível a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal de serviço público.

QUESTÃO 43

A respeito da Constituição Federal, dos servidores Públicos, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público.
- II. Os servidores abrangidos pelo regime de previdência serão aposentados por invalidez permanente, sendo os proventos desproporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.
- III. Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
- IV. O servidor público estável só perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa em virtude de sentença judicial transitada em julgado mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- V. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

- (A) Apenas I e II estão corretas.
- (B) Apenas I, IV e V estão corretas.
- (C) Apenas II, III e V estão corretas.
- (D) I, II, III, IV e V estão corretas.
- (E) Apenas V está incorreta.

QUESTÃO 44

Assinale a alternativa correta quanto aos Métodos e Sistemas Organizacionais.

- (A) É uma área clássica da Economia e Contabilidade que lida com um conjunto de técnicas que tem como objetivo principal aperfeiçoar o funcionamento econômico do sistema.
- (B) A função de Organizações e Métodos é reconhecida pelas siglas: OMC e OSM.
- (C) Para Oliveira (2005) a responsabilidade básica da área de Sistema, Organização e Métodos é a de executar as atividades de levantamento, análise, elaboração e implementação de sistemas administrativos na empresa.
- (D) O objetivo dos Métodos e Sistemas Organizacionais não é o de aprimorar e criar métodos de trabalho, aumentando atividades em duplicidade, fazendo o gerenciamento dos processos, também chamados de patologias organizacionais.
- (E) A função de Organização e Métodos é uma das especializações da contabilidade, que modela a empresa trabalhando seu organograma, seus processos e pouco os métodos de trabalho.

QUESTÃO 45

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que se refere aos princípios e fins da Educação Nacional, no seu art. 3º o ensino será ministrado com base em quais princípios?

- (A) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- (B) Gestão anti-democrática do ensino público, na forma desta Lei e da Legislação dos sistemas de ensino.
- (C) Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a renda financeira de cada um.
- (D) Desigualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- (E) Desvinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

QUESTÃO 46

Segundo o art. 7º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que diz respeito do direito à Educação e do dever de educar, o ensino é livre à iniciativa privada, quando são atendidas as seguintes condições:

- (A) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio.
- (B) ser dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no Ensino Fundamental.
- (C) capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.
- (D) descumprimento das normas gerais da Educação Nacional e do respectivo sistema de ensino.
- (E) somente com a autorização de Funcionamento sem a necessária avaliação de qualidade pelo Poder Público.

QUESTÃO 47

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, analise as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- I. A resolução nº. 05 de 17/12/2009 fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, onde o currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças de 0 a 5 anos de idade.
- II. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil e para crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorreu a matrícula.
- III. As crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil, onde a frequência é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.
- IV. É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.
- V. A função sócio-política e pedagógica da Educação Infantil deve oferecer condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais; para que haja a promoção à igualdade de

oportunidades educacionais entre crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e as possibilidades de vivência da infância.

- (A) I, II, III, IV e V estão corretas.
- (B) Apenas III está correta.
- (C) Apenas I e II estão incorretas.
- (D) Apenas IV está incorreta.
- (E) Apenas I, II, IV e V estão corretas.

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa INCORRETA quanto às Novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de 9 anos baseado na resolução CNE/CEB nº. 07 14/12/2010.

- (A) A matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental deverá efetuar-se da seguinte maneira: crianças a completar 6 (seis) anos em abril de 2011 matriculadas no último ano (pré-escola) da Educação Infantil.
- (B) A escola, mesmo em regime seriado, devem ser considerados os três primeiros anos do Ensino Fundamental como se fosse um bloco ou um ciclo sem interrupção. Não devendo haver neste início do Ensino Fundamental, a retenção nos 1ºs, 2ºs e 3ºs anos, privilegiando, a alfabetização e o letramento, além das diversas formas de expressão.
- (C) A professora da classe não poderá lecionar Educação Física e Artes dos 1ºs aos 5ºs anos do Ensino Fundamental.
- (D) Os resultados de aprendizagem dos alunos devem ser aliados à avaliação das escolas e de seus professores.
- (E) Tanto as escolas públicas como as particulares deverão iniciar projeções e meios para o aumento da carga horária anual com vista à maior qualificação do processo de ensino-aprendizagem, objetivando o atendimento escolar em período integral.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa correta quanto à reformulação das Diretrizes Curriculares.

- (A) O currículo na Educação Infantil nem sempre abrange visões diferentes de criança, de família e de funções da creche e pré-escola. No Brasil, sempre foi aceita a ideia de haver um currículo direcionado e efetivo para a Educação Infantil, assim como no Ensino Fundamental e Médio.
- (B) A gênese do currículo da Educação Infantil se dá por meio de um conjunto de praticar que buscam articular as experiências e os saberes das crianças agregando conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico, praticar estas efetivadas por meio de relações sociais onde as crianças desde bem pequenas estabeleçam com os professores e outras crianças a construção de suas identidades.
- (C) Sem intenção de planejamento e permanentemente avaliadas, as práticas que estruturam o cotidiano das instituições da Educação Infantil devem considerar a integralidade e divisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças; fazendo apontamento das experiências de aprendizagem objetivadas junto às crianças dentro das metas educacionais de seu projeto pedagógico.
- (D) Com a reformulação das Diretrizes e Bases da Educação Infantil o único princípio que continua atual e estará presente nestas diretrizes após sua reformulação será o princípio ético. Os demais princípios básicos das Diretrizes anteriormente estabelecidas (Resolução CNE/ CEB nº. 1/ 99 e Parecer CNE/ CEB Nº. 22/98) estão anulados.
- (E) Um bom planejamento das atividades educativas favorece a formação de competências para a criança aprender a cuidar de si. No entanto, educar de modo dissociado do cuidar é dar condições para as crianças explorarem o ambiente onde estão inseridas de diferentes maneiras, construindo sentido pessoal e significados coletivos.

QUESTÃO 50

De acordo com os PCN's (1997), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os PCN's constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo país. Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículo e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores.
- (B) Baseando-se na natureza e função dos PCN's cada criança ou jovem brasileiro, mesmo de locais com pouca infra-estrutura e condições socioeconômicas desfavoráveis, não deve ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e cidadania para deles poder usufruir.
- (C) De acordo com a tradição pedagógica brasileira as tendências pedagógicas que se firmam nas escolas brasileiras, públicas e privadas, na maioria dos casos não aparecem em forma pura, mas com características particulares, muitas vezes mesclando aspectos de mais de uma linha pedagógica.
- (D) Dentro da organização dos PCN's, sua estrutura buscou contribuir para a superação do descompasso existente entre os objetivos anunciados e o que é proposto para alcançá-los, no que se refere aos pressupostos teóricos e a definição de conteúdos e aspectos metodológicos abordados nesta educação necessária para a formação de cidadãos críticos, autônomos e atuantes.
- (E) Os conteúdos conceituais abordados pelos PCN's referem-se à construção ativa das capacidades intelectuais para operar com símbolos, ideias, imagens e representações que permitem organizar a realidade, onde sua aprendizagem se dá por aproximações sucessivas.

PROVA DISSERTATIVA (REDAÇÃO) – VERSÃO RASCUNHO

1. A redação deverá ser elaborada a partir de um tema proposto, baseado em um ou mais textos ou fragmentos de textos. O candidato adotará uma linha de abordagem utilizando a tipologia textual “Dissertação”, em seu texto deverá apresentar valores, opiniões, crenças, hipóteses, ideias, em suma, os aspectos axiológicos ou cognitivos para esse tipo de produção textual.
 - 1.1 A Redação será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:
 - a) o atendimento ao tema proposto;
 - b) a clareza de argumentação/senso crítico;
 - c) a seletividade de informação;
 - d) a criatividade/originalidade;
 - e) a utilização da norma padrão da Língua Portuguesa.
 - 1.2 O candidato terá sua redação avaliada com nota 0 (zero) se:
 - a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;
 - b) não desenvolver o tema na tipologia textual exigida, isto é, desenvolver uma narração e/ou uma descrição, um poema ou outra tipologia/gênero;
 - c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - d) redigir seu texto a lápis ou a tinta em cor diferente de azul ou preto;
 - e) desenvolver o texto com menos de 20 (vinte) linhas ou mais de 25 (vinte e cinco) linhas;
 - f) redigir seu texto com menos de 200 (duzentas) palavras;
 - g) não for apresentada na versão definitiva ou for entregue em branco ou desenvolvida com letra ilegível; com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens.
 - h) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
 - 1.3 Utilize o espaço reservado ao rascunho para elaborar a sua redação.

Estados admitem rever planos

Os governadores do NE, que esperavam a instalação de usinas em seus estados, agora reavaliam seus pleitos

Brasília. O acidente nuclear ocorrido há duas semanas na Usina de Fukushima, no Japão, voltou a colocar em pauta, em todo o mundo, a segurança das usinas nucleares. E, no Brasil, alguns governadores do Nordeste decidiram reavaliar se a região deve receber uma das quatro novas usinas que o governo federal pretende construir no país até 2030.

"Quem é que vai, em meio à atual discussão, eu quero agora uma usina nuclear para o meu estado. Só se for idiota. E eu não sou idiota", disse ontem o governador do Piauí, Wilson Martins (PSB). Martins fez questão de frisar que "não recuou" da disputa com outros estados nordestinos cotados para abrigar uma das usinas, mas deixou claro que o projeto a cargo do Ministério de Minas e Energia deve ser "repensado".

"Agora, mudou tudo. O mundo inteiro está repensando os investimentos em energia nuclear, até então considerada segura e limpa. E o Piauí, assim como o Brasil como um todo, não vai deixar de repensar também", afirmou o governador, alegando que a situação exige bom-senso. O governador de Sergipe, Marcelo Déda (PT), também já havia mencionado, em nota, a necessidade de o país rediscutir a expansão da matriz nuclear com segurança. "A pretensão em disputar a instalação de uma usina no nosso território pressupõe garantias plenas de segurança das instalações".

Angra 2 sem licença

Em meio à polêmica, foi divulgado ontem que a usina nuclear de Angra 2, localizada no interior do Rio de Janeiro, opera comercialmente há uma década com o licenciamento ambiental incompleto. Ela possui apenas a licença de operação inicial e não a permanente, conforme exigem as regras. O licenciamento de usinas nucleares no Brasil é feito pelo Ibama e depois pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen). Angra 2 possui o parecer favorável do Ibama mas ainda não recebeu da Cnen a autorização de operação permanente. Já a usina Angra 1 tem licenciamento completo. Disponível em <<http://diariodonordeste>>. Acesso em 23 mar 2011.

Com base na leitura do texto acima e em outras de seu conhecimento, redija um texto dissertativo no qual você argumente a favor ou não da criação de uma usina nuclear no nordeste do Brasil.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25

